

BOLETIM MENSAL

*SINDICATO DOS TRABALHADORES
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSCar*

A pandemia, o trabalho remoto dos TA's e os ataques aos serviços públicos

A pandemia provocada pelo coronavírus tornou-se um marco na história do nosso país, trazendo muitos desafios, em especial, no atendimento ao público usuário dos serviços públicos e na capacidade de poder superar a necessidade do isolamento social.

Uma questão, em destaque, refere-se à necessidade de lutarmos por mais investimentos nos serviços públicos de qualidade.

Um dos setores mais pauperizados e sucateado foi a Saúde que, bravamente se colocou à frente desse desafio e, não fosse ela, a tragédia das mais de 600.000 mortes poderia ser ainda pior. A vacinação em massa só foi possível pela estrutura do SUS e de seus abnegados profissionais que estiveram na linha de frente, inclusive nos atendimentos hospitalares colocando as próprias vidas em risco. Muitos foram os que morreram nessa empreitada.

Aqui na UFSCar, dentro do que nos compete, os técnicos-administrativos se superaram e não deixaram, por nenhum momento, de realizar todo o trabalho que se faz necessário ao funcionamento da instituição.

Podemos afirmar, sem qualquer ressalva, que o trabalho dos técnicos não só deu conta de manter a universidade viva como exigiu um esforço sobremaneira para se adequar aos mecanismos de ausência física com o atendimento a todos os usuários internos e externos à instituição.

Mais do que atender, os TA's, tiveram que enfrentar a nova realidade de realizar remotamente suas tarefas que, historicamente, se realizavam presencialmente. Isso não exigiu só enfrentamento de desafios, mas resultou, dentre várias coisas, em adoecimento físico e mental.

Os discursos de ataques aos servidores públicos e as políticas de desmonte do Estado

O governo Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, dando sequência à agenda ultraliberal de desmonte do Estado, não cessam um instante em propor medidas de desmantelamento do Estado via Reformas Constitucionais tal como a Administrativa, a Previdenciária e a Trabalhista, mas faz isso combinado com um discurso de

ineficiência dos serviços públicos e de seus agentes.

Estamos discutindo, neste momento, nos Conselhos Superiores da UFSCar, o planejamento e a organização da ampliação do retorno seguro das atividades presenciais no cenário da pandemia de Covid-19. Esse debate tem sido permeado pelas diversas visões e propostas que, naturalmente, expõe as diferentes visões não só do papel que cumprem os TA's, mas da própria existência ou não dos riscos de pandemia que, ao que parece, para alguns(as) já não existem mais.

Tristemente tivemos que ouvir, durante esse debate, dentro da nossa própria instituição, falas que corroboram com o discurso do governo de que o trabalho remoto executado pelos servidores públicos se configura como "privilégio".

É um grande equívoco a utilização desta palavra para designar as conquistas e garantias que temos hoje. Lutamos muito para preservar nossos direitos e ampliar para todos(as) os(as) trabalhadores(as) condições dignas de trabalho, especialmente na pandemia.

Pior do que classificar como privilégio, ainda se utilizam da “estabilidade no emprego” para compará-lo com o setor privado que não gozaria da mesma segurança.

A sobrecarga de trabalho na Universidade é de todos (as) e não será resolvida com ataques e retiradas de direitos dos (as) TAs.

Esse tipo de abordagem não ajuda a resolver o problema, pelo contrário, gera descontentamento e divisão entre os servidores, o que só piora a situação.

Num cenário de completo arrocho salarial e aumento exponencial das demandas a serem respondidas por todos(as) os TA's, o infeliz discurso alerta

para os riscos das justificativas do governo em destruir as universidades enquanto parte desses serviços públicos à serviço da população.

LAMENTÁVEL!!!!
FORA PAULO GUEDES!!!
FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!

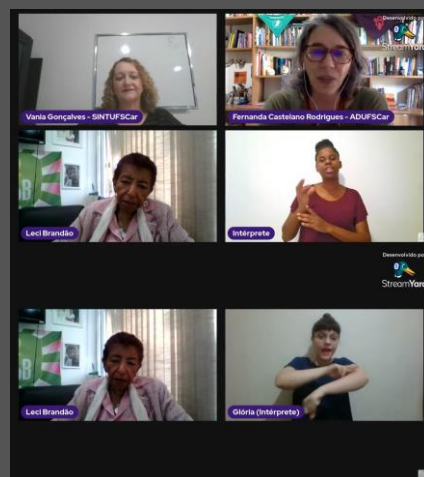
Sindicatos da UFSCar realizaram live com Leci Brandão

Atividade fez parte das celebrações pelo Dia Internacional da Mulher

No início de abril, ainda como parte das ações do Dia Internacional da Mulher, os sindicatos de classe da UFSCar realizaram um bate-papo com a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB/SP). Na live, Vânia Gonçalves (SINTUFSCar) e Fernanda Castelano (ADUFSCar) conversaram sobre a participação feminina nos espaços políticos e institucionais.

Leci Brandão é a segunda

deputada negra a ser eleita para uma cadeira na ALESP (Assembleia Legislativa de São Paulo). A parlamentar se elegeu pela primeira vez em 2010 e foi reeleita duas vezes (nas eleições de 2014 e de 2018). Durante a live, pautas importantes para a nossa categoria foram discutidas. Acompanhe a conversa sobre privatizações, patrimônio público, serviço público e educação no [Youtube da ADUFSCar](#).



Trabalhadoras da UFSCar/Araras se reúnem para celebrar o Dia Internacional da Mulher!

Aproveitaram para deixar um recadinho para todas/os...



Foto: Gisele Zutin

Se tem uma coisa que a gente pode ficar feliz é saber que temos um sindicato que não só valoriza e acolhe nossa categoria, mas que tem também um olhar especial com as outras categorias que pertencem à comunidade universitária e ajudam na sua formação e crescimento.

Aconteceu dia 08 de março, aqui na subsede de Araras, numa forma de parabenizar todas as mulheres, um café todo especial para as funcionárias das

empresas terceirizadas que prestam serviços no Campus.

Regado de muito carinho, bom papo e deliciosos quitutes, não deixamos de lado os assuntos que tanto nos afeta como mulheres:

“Sou mulher, sou dona do meu corpo e da minha vontade. Fui eu que descobri poder e liberdade, sou tudo o que um dia eu sonhei para mim...”

SINTUFSCar participa do ato de 9 de abril em São Carlos

O Comitê de Lutas de São Carlos organizou uma ação de panfletagem para marcar o dia

No segundo sábado do mês de abril, entidades sindicais, movimentos sociais, partidos políticos e sociedade civil se organizaram em mais um ato puxado pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro. Em São Carlos, o Comitê de Lutas municipal organizou uma ação de panfletagem que teve como tema a situação econômica atual.

Sob o mote “Contra o aumento dos combustíveis e do gás, não à fome e ao desemprego” militantes foram à pontos estratégicos da cidade para dialogar com a população sobre a situação de carestia enfrentada por milhares de brasileiros.

O SINTUFSCar esteve presente na construção da mobilização.



Foto: Comitê de Lutas de São Carlos

E o reajuste anunciado pela imprensa, é real?

O governo falou em um reajuste linear de 5% para as/os servidoras/es públicas/os federais



Em 13 de abril deste ano, o governo anunciou, após uma reunião entre Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, um reajuste de 5% nos salários das/os servidoras/es públicas/os federais (SPFs).

Segundo as informações veiculadas em diversos jornais, o aumento passaria a ser implementado no mês de julho e atingiria todas as categorias do serviço público.

Esse reajuste, realizado sem qualquer tipo de negociação com as diferentes categorias do serviço público, não é suficiente para reparar as perdas inflacionárias nos salários dos SPFs que estão, há pelo menos cinco anos, sem reajustes.

As entidades que compõem o FONSEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) entendem que a forma como a proposta foi apresentada e o pequeno percentual anunciado desrespeitam os SPFs.

Segundo a FASUBRA Sindical (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil),

“os 5% não representam um terço do que as entidades solicitam como mínimo, que é o índice de 19,99% e que cobre apenas a inflação dos últimos três anos”.

O anúncio do reajuste é, sem dúvidas, uma resposta à pressão do FONSEFE e das organizações de SPFs, que estão mobilizados em campanha salarial desde o início de 2022.

O Fórum lançou uma [nota](#) em que aponta alguns questionamentos importantes: qual a data oficial de aplicação do reajuste? Como fica a situação das/os aposentadas/os e pensionistas? Ele seria aplicado no salário base ou no conjunto da remuneração?

As mobilizações pela campanha salarial seguem em Brasília e também nos estados. O objetivo da organização é garantir que exista uma negociação com as categorias e que o índice de 19,99% seja respeitado. Desde janeiro de 2022 o FONSEFE tem protocolado pedidos de negociação em diferentes órgãos do governo federal e, até agora, ainda não obteve respostas.

TAs da UFSCar paralisam as atividades presenciais e remotas por 24 horas

Em assembleia geral da categoria, trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos deliberam por aderir ao “Dia Nacional de Paralisação em defesa da Recomposição Salarial”

Cerca de 200 TAs participaram da assembleia geral de trabalhadores da UFSCar realizada no dia 27 de abril de 2022. As/os presentes discutiram o calendário do FONASEFE e a paralisação prevista para o dia 28 de abril; elegeram delegadas e delegados para a plenária nacional da FASUBRA, que será realizada em junho; debateram a minuta do Programa de Gestão que regulamenta, entre outros temas, o trabalho remoto e; discutiram o retorno presencial das atividades na UFSCar e a reunião do ConsUni realizada em 25 de abril.

Entre as principais deliberações da assembleia, destacou-se a adesão ao “Dia Nacional de Paralisação em defesa da Recomposição Salarial”, proposto pelo FONASEFE. No dia

28 de abril, as/os TAs da UFSCar paralisaram as atividades remotas e presenciais por 24 horas. Ainda nesta assembleia as/os presentes elegeram uma chapa para participar da plenária presencial da FASUBRA Sindical, que será realizada nos dias 3, 4 e 5 de junho.

Outro ponto importante discutido na reunião foi a minuta do Programa de Gestão, que trata, entre outros temas, do trabalho remoto. Depois de amplo debate, as/os TAs deliberaram por aprovar o programa de gestão, levando as sugestões realizadas na assembleia para as discussões nos conselhos superiores (CoGePe e ConsUni).

Por fim, a última questão debatida na assembleia foi o retorno presencial das atividades

na universidade. Na reunião do Conselho Universitário realizada em 25 de abril, deliberou-se por um período de transição para a volta presencial das/dos TAs. Até 14 de julho nossa categoria passará por um período de transição e poderá continuar em trabalho remoto, realizar atividades de forma híbrida ou totalmente presenciais.

É importante ressaltar que os setores essenciais (entre eles áreas da saúde e secretarias de graduação) não passarão pelo período de transição. Neste ponto de pauta, as/os presentes deliberaram sobre a confecção de uma moção (primeiro texto deste boletim) que responde a algumas alegações e posicionamentos propagados no ConsUni.

Giro por Brasília: dia de paralisação na Esplanada dos Ministérios

Servidoras e servidores públicos federais seguem em mobilização na capital brasileira e realizam atos no dia 28 de abril

Com informações da FASUBRA Sindical

Como parte das mobilizações do “Dia Nacional de Paralisação em defesa da Recomposição Salarial”, a FASUBRA Sindical e suas entidades de base participaram de um ato na Esplanada dos Ministérios no dia 28 de abril. As/os SPFs também realizaram panfletagens na Rodoviária do Plano Piloto.

Durante a atividade o coordenador geral da FASUBRA, Toninho Alves, criticou a atitude do governo e disse que não dá

mais para esperar.

“É a luta dos servidores públicos federais pela recomposição das perdas salariais. Há um empobrecimento do setor do serviço público, mas há também um desmonte do Estado que esse governo quer entregar para a iniciativa privada e, assim, atingir a população brasileira, que já paga caro pelos preços dos alimentos, pelo aluguel, que convive com uma inflação acima de 10% e que está tendo perda salarial todo ano”.

As trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal exigem respeito e a imediata abertura de negociação.

Reajuste não é aumento, é direito!



Foto: FASUBRA Sindical